



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI N° 2.707, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUANHÃES. Faço saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS

Art.1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da pessoa em seu meio familiar.

Art.2º A política municipal de assistência social, visando ao enfrentamento das desigualdades sócio territoriais, tem por objetivos:

I - A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho e a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

II - A vigilância sócio assistencial que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades de ameaças, de vitimizações e danos;

III - A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões sócio assistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo universalização dos direitos sociais.

IV – Gratuidade, a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição e contrapartida.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES

Dos Princípios

Art.3º A política municipal de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

- I** - Primazia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- II** - Universalização dos direitos, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;
- III** - Respeito à dignidade do indivíduo, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, sendo vedada a comprovação vexatória de necessidade;
- IV** - Igualdade de direito de acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, para populações urbanas e rurais;
- V** - Divulgação ampla dos benefícios, dos serviços, dos programas e dos projetos assistenciais, bem como dos recursos concedidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

Das Diretrizes

Art.4º A organização da assistência social no município tem as seguintes diretrizes:

- I** - Centralidade na família para a concepção e a implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos;
- II** - Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação da política e no controle das ações;
- III** - Primazia da responsabilidade do poder público na condução da política de assistência social;
- IV** - Supremacia da necessidade do usuário na determinação da oferta dos serviços sócio assistenciais;
- V** - Garantia da articulação entre os serviços, benefícios, programas e projetos da assistência social;
- VI** - Integração e ações inter setoriais com as demais políticas públicas municipais;
- VII** - Acompanhamento das famílias, visando o fortalecimento da função protetiva.

Art.5º Considera-se entidade ou organização de assistência social aquela que presta, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários desta lei, bem como a que atua na defesa de seus direitos.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO

Art.6º A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS, sob o comando único da Secretaria Municipal de Assistência Social, ou outro órgão que vier substituí-la, com os seguintes objetivos:

I - Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e proteção social especial para famílias, grupos e indivíduos que deles necessitem;

II - Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio assistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural.

III - Integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;

IV - Assegurar que as ações no âmbito da política municipal de assistência social tenham centralidade na família, promovendo a convivência familiar e comunitária;

V - Estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios;

VI - Monitorar e garantir os padrões de qualidade dos serviços, benefícios, programas e projetos de assistência social;

VII - Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente aos servidores da assistência social;

VIII - Assegurar a vigilância sócio assistencial e a garantia de direitos.

Art.7º A Secretaria Municipal a cuja competência esteja afetas as atribuições, objeto da presente lei, denominar-se-á “Secretaria Municipal de Assistência Social”.

Art.8º O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social, abrangidos pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Art.9º O Município, na execução da política de assistência social, atuará de forma articulada com a esfera federal e estadual observada as normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS – cabendo-lhe estabelecer as diretrizes do sistema municipal de assistência social e executar seus programas, projetos e ações nesse âmbito.

Art.10. Compete ao Município:

I - Destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais mediante critérios estabelecidos pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS;

II - Efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral;

III - Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - Atender às ações assistenciais de caráter de emergência;

Praça Néria Coelho Guimarães, 100 - Centro - Guanhanes-MG - CEP 39740-000 - Fone: (33) 3421-1501

Fax: (33) 3421-1515 - E-mail: contato@guanhaes.mg.gov.br

CNPJ: 18.307.439/0001-27



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

V - Prestar os serviços assistenciais de que trata o art. 23 da LOAS;

VI - Cofinanciar o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito local;

VII - Realizar o monitoramento e a avaliação da Política Municipal de Assistência Social em seu âmbito.

Art.11. A assistência Social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social, que serão ofertados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social, que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

II - Proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos, que tem por objetivo contribuir para a construção de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito.

a) Proteção social especial de média complexidade será ofertado no CREAS.

b) Proteção social especial de alta complexidade o serviço de acolhimento institucional, bem como entidades sem fins lucrativos de assistência social.

Parágrafo único. Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art.12. As instalações dos CRAS e dos CREAS devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Art.13. Os recursos do cofinanciamento do SUAS, destinados à execução das ações continuadas de assistência social, poderão ser aplicados no pagamento dos profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações. **Parágrafo único.** A formação das equipes de referência deverá considerar o número de famílias e indivíduos referenciado, os tipos de modalidades de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários, conforme estabelece as Normas Operacionais Básica de Recursos Humanos. (NOB-RH)

Art.14. O funcionamento das entidades e organizações de assistência social depende de prévia inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

§1º Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das entidades referidas no *caput*, na forma prevista em lei ou regulamento.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

§2º As ações de assistência social, no âmbito das entidades e organizações de assistência social, observarão as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

Art.15. O Município pode celebrar convênios com entidades e organizações de assistência social, em conformidade com aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Art.16. A Instância deliberativa do SUAS, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil é o Conselho Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO III DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art.17. Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, conforme disposto no art. 22 da LOAS.

Parágrafo único. A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelo Município com aprovação do CMAS e previstos na respectiva lei orçamentária anual, com base em critérios e prazos definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

CAPÍTULO IV DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art.18. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS constitui-se uma instância deliberativa do SUAS, de caráter permanente e composição paritária, cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Assistência Social está vinculado ao órgão gestor de assistência social, que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento.

Art.19. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I** - Aprovar a política municipal de assistência social, elaborada em consonância com as normativas vigentes do SUAS e com as diretrizes estabelecidas pelas conferências;
- II** - Convocar a conferência municipal de assistência social e acompanhar a execução de suas deliberações;

Praça Néria Coelho Guimarães, 100 - Centro - Guanhanes-MG - CEP 39740-000 - Fone: (33) 3421-1501

Fax: (33) 3421-1515 - E-mail: contato@guanhaes.mg.gov.br

CNPJ: 18.307.439/0001-27



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

III - Aprovar o plano municipal de assistencia social elaborado pelo orgao gestor da politica de assistencia social e acompanhar, avaliar e fiscalizar sua implantacao;

IV - Aprovar o plano de capacitacao, elaborado pelo orgao gestor;

V - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestao do Programa Bolsa Familia (PBF);

VI - Fiscalizar a gestao e execucao dos recursos do Indice de Gestao Descentralizada do Programa Bolsa Familia – IGD PBF e do Indice de Gestao Descentralizada do Sistema Unico de Assistencia Social – IGDSUAS;

VII - Planejar e deliberar sobre os gastos de no minimo 3% (tres por cento) dos recursos do IGD PBF e do IGDSUAS destinados ao desenvolvimento das atividades do conselho;

VIII - Participar da elaboracao e aprovar as propostas de Lei de Diretrizes Orcamentarias, Plano Plurianual e da Lei Orcamentaria Anual no que se refere a assistencia social, bem como o planejamento e a aplicacao dos recursos destinados as acoes de assistencia social, nas suas respectivas esferas de governo, tanto os recursos proprios quanto os oriundos de outros entes federativos, alocados nos respectivos fundos de assistencia social;

IX - Acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestao dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos servicos, programas, projetos e beneficios socioassistenciais do SUAS;

X - Aprovar criterios de partilha de recursos em seu ambito de competencia, respeitados os parametros adotados na LOAS;

XI - Aprovar o aceite da expansao dos servicos, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XII - Deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu ambito de competencia;

XIII - Deliberar sobre planos de providencia e planos de apoio a gestao descentralizada;

XIV - Normatizar as acoes e regular a prestacao de servicos publicos estatais e nao estatais no campo da assistencia social, em consonancia com as normas nacionais;

XV - Inscrever e fiscalizar as entidades e organizacoes de assistencia social, bem como os servicos, programas, projetos e beneficios socioassistenciais, conforme parametros e procedimentos nacionalmente estabelecidos;

XVI - Estabelecer mecanismos de articulacao permanente com os demais conselhos de politicas publicas e de defesa e garantia de direitos;

XVII - Estimular e acompanhar a criacao de espacos de participacao popular no SUAS;

XVIII - Zelar pela efetivacao do SUAS;

XIX - Elaborar e aprovar seu regimento interno.

Art.20. O CMAS tera a seguinte composicao:

I - Do Governo Municipal:

- Um representante da Secretaria Municipal de Assistencia Social ou orgao equivalente;
- Um representante da Secretaria Municipal de Educacao ou orgao equivalente;
- Um representante da Secretaria Municipal de Saude ou orgao equivalente;
- Um representante da Secretaria Municipal da Fazenda ou orgao equivalente.

Praça Néria Coelho Guimarães, 100 - Centro - Guanhanes-MG - CEP 39740-000 - Fone: (33) 3421-1501

Fax: (33) 3421-1515 - E-mail: contato@guanhaes.mg.gov.br

CNPJ: 18.307.439/0001-27



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

II - Da Sociedade Civil (do âmbito municipal):

- a) Dois representantes de Usuários ou de organizações de Usuários de Assistência Social;
- b) Um representante de entidade e organizações de Assistência Social;
- c) Um representante dos trabalhadores do setor de Assistência Social.

§1º Cada membro titular do CMAS terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa, devendo ser observada a paridade entre representantes governamentais e não governamentais.

§2º Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.

§3º Somente será admitida a participação no CMAS de entidades juridicamente constituídas, e em regular funcionamento.

§4º Os representantes da Sociedade Civil, serão eleitos nas Conferências Municipais, convocadas pelo Conselho Municipal de Assistência Social com exceção da eleição para o mandato do período de 2015 a 2017, que será realizada em assembleia específica.

Art.21. Os membros governamentais titulares e suplentes do CMAS serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação.

Art.22. A atividade dos membros do CMAS reger-se-á pelas disposições seguintes:

I - O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, e não será remunerado;

II - Os membros do CMAS poderão ser substituídos mediante solicitação da entidade, ou órgão que representam apresentada ao próprio Conselho que encaminhará os novos nomes para nomeação imediata pelo Prefeito Municipal;

III - Cada membro titular do CMAS terá direito a um único voto na sessão plenária;

IV - As deliberações do CMAS serão consubstanciadas em Resoluções;

V - O CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros titulares, para o mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução, por igual período.

VI - O CMAS buscará aplicar o princípio da alternância de comando, possibilitando que a presidência do Conselho se reveze entre o poder público e a sociedade civil, quando cada representação cumprirá a metade do tempo previsto para o período total de mandato do conselho.

Art.23. O CMAS terá seu funcionamento regido por Regimento Interno próprio, onde constará, dentre outras atribuições:

I - Plenário como órgão de deliberação máxima;

II - As sessões plenárias serão realizadas ordinariamente a cada mês, conforme calendário anual previamente acordado, e, extraordinariamente quando convocadas pelo Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art.24. A Secretaria Municipal de Assistencia Social prestará apoio técnico e administrativo, necessário ao funcionamento do CMAS, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, e arcando com despesas de passagens, traslados, alimentação e hospedagem dos conselheiros, tanto do governo como da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições.

Art.25. O Conselho Municipal de Assistencia Social terá uma Secretaria Executiva com assessoria técnica.

§1º A Secretaria Executiva é a unidade de apoio ao funcionamento do Conselho, para assessorar suas reuniões e divulgar suas deliberações, devendo contar no mínimo com um servidor efetivo de nível superior específico para esta função.

§2º A Secretaria Executiva subsidiará o plenário com assessoria técnica e administrativa e poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio logístico ao Conselho.

Art.26. Para melhor desempenho de suas funções o CMAS poderá recorrer a pessoas e entidades.

Art.27. Todas as sessões do CMAS serão públicas e precedidas de ampla divulgação.

Parágrafo Único. As resoluções do Conselho, bem como todas as suas deliberações serão objeto de ampla e sistemática divulgação.

CAPÍTULO V DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 28. As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas do debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 29. As Conferências Municipais devem observar as seguintes diretrizes:

I – Divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II – Garantia de diversidade dos sujeitos participantes;

III – Estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais, e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV – Publicidade de seus resultados;

V – Determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações;

VI – Articulação com a conferência estadual e nacional da Assistência Social.



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 30. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 02 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.

Art. 31. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais, o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos conselhos e conferências de assistência social.

Art. 32. O estímulo à participação dos usuários pode-se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios sócioassistenciais.

Art. 33. Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS criado pela Lei 2.453 de 2011, unidade orçamentária, instrumento de captação e aplicação de recursos, que tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o financiamento das ações da Política de Assistência social, destacadas na LOAS como benefícios, serviços, programas e projetos da área de assistência social.

Art. 34. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

- I** - Recursos consignados na lei orçamentária anual do Município;
- II** - Recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;
- III** - Doações, de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
- IV** - Receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei;
- V** - Outras receitas que venham a ser legalmente constituídas.

Parágrafo único. O saldo financeiro do Exercício apurado em balanço será utilizado em exercício subsequente e incorporado ao orçamento do FMAS.

Art. 35. O FMAS é gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou órgão equivalente, responsável pela Política de Assistência Social, sob orientação, aprovação, controle e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

§1º A proposta orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS deverá ser aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social e constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§2º O orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 36. Os recursos do FMAS poderão ser aplicados em:



Prefeitura Municipal de Guanhanes

ESTADO DE MINAS GERAIS

I - Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistencia Social, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistencia Social, ou por orgao conveniado;

II - Pagamento pela prestacao de servicos a entidades conveniadas de direito publico e privado para execucao da Politica de Assistencia Social;

III - Aquisicao de material permanente e de consumo e de outros insumos necessarios ao desenvolvimento de programas;

IV - Construcao, reformas, ampliao, aquisicao ou locacao de imoveis para execucao da Politica de Assistencia Social;

V - Desenvolvimento e aperfeicoamento dos instrumentos de gestao, planejamento, administracao e controle das acoes de Assistencia Social;

VI - Desenvolvimento de programas de capacitacao e aperfeicoamento de recursos humanos na area da Assistencia Social;

VII - Pagamento dos beneficios eventuais, conforme o disposto no inciso I do Artigo 15 da Lei Organica da Assistencia Social e regulamentacao municipal;

VIII - Pagamento de profissionais que integrem as equipes de referencia responsaveis pela organizacao e oferta daquelas acoes conforme percentual apresentado pelo Ministerio do Desenvolvimento Social e combate a fome aprovado pelo Conselho Nacional de Assistencia Social

Art.37. O repasse de recurso para as entidades e organizacoes de assistencia social, devidamente inscritas no CMAS, sera efetivado por intermedio do FMAS, de acordo com criterios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistencia Social.

Paragrafo unico. As transferencias de recursos para organizacoes governamentais e nao governamentais de Assistencia Social se processarao mediante convenios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo a legislacao vigente sobre a materia e em conformidade com os programas, projetos, servicos e beneficios aprovados pelo CMAS.

Art.38. As contas e os relatorios de execucao orcamentaria e financeira do FMAS serao submetidos a apreciao e aprovacao do CMAS, trimestralmente de forma sintetica e anualmente de forma analitica.

Art.39. A contabilidade evidenciará a situacao financeira, patrimonial e orcamentaria do Sistema Municipal de Assistencia Social, conforme a legislacao pertinente.

Art.40. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicacao.

Art.41. Ficam revogadas as disposicoes em contrario

Guanhanes, 30 de Dezembro de 2015.


Geraldo José Pereira
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUANHÃES

Certifico ter publicado a Lei,
 o Decreto, a Portaria, número
2.707 na integra, afixando a/o
no quadro de avisos da Prefeitura no
dia 30/12/15.

Ass.:  Mat.: 4998

Praça Néria Coelho Guimarães, 100 - Centro - Guanhanes-MG - CEP 39740-000 - Fone: (33) 3421-1501

Fax: (33) 3421-1515 - E-mail: contato@guanhaes.mg.gov.br

CNPJ: 18.307.439/0001-27